

Maria Helena de Moura Neves
UPMackenzie/ UNESP-CNPq

O Brasil no contexto da construção de uma lingüística no mundo lusófono*

0. Introdução

Assim como o Professor Mário Vilela, tenho toda uma vida dedicada ao exame e ao culto desta língua que poeticamente se tem chamado ‘língua de Camões’, que aqui no Brasil, em culto parnasiano foi invocada como ‘última flor do Lácio’, e em arroubo nacionalista foi chamada ‘língua brasileira’¹, mas que, entretanto, nunca deixou de ser o que é: lá e cá, a nossa língua portuguesa. A respeito dela, seu peso e sua marca identitária sobre nós, que pisamos terras distintas, respiramos diferentes ares e transpiramos culturas tão diversas, é que giram as considerações que este texto traz, na busca do registro e da afirmação de uma significativa comunhão de interesses com o Professor Vilela.

Abro o texto com referências à nossa atividade de pesquisadores, mas não é aí que coloco o centro das reflexões. Antes que interesses de análise, nós, que cultuamos esta língua portuguesa, compartilhamos vida e repartimos identidade, porque lusofonia não se pode avaliar simplesmente como um conjunto de espaços geográficos em que usuários da língua se comunicam. Invoco Mateus (2002a), para quem a língua que falamos “é um capital de investimento notável, é a nossa forma de manifestarmos a diferença” (p. 42). E é bem sabido que o que marca diferença não pode ser a simples pluralidade de territórios, sejam contínuos sejam descontínuos, que é como se teria de entender a realidade, caso a lusofonia se interpretasse na geografia dos povos de língua por-

* As idéias gerais que aqui se defendem constituíram o suporte de um texto com o qual a autora propôs ao CNPq (2005) um projeto coletivo sobre “Língua portuguesa e construção de identidades nacionais no mundo lusófono”.

¹ *Língua brasileira* é o título que consta em uma “caderneta” à qual se refere Pinto (1990), quando relaciona os documentos de que Mário de Andrade se valeu para organizar sua obra sobre a histórica *Gramatiquinha*. A autora fala em “uma *caderneta* intitulada *Língua Brasileira*” (p. 23), composta de “notas escrituradas a lápis e numeradas de 1 a 32” (p. 24). Em outra obra (Pinto, 1978), ela registra que a expressão “idiome brésilien” já está em um texto (de 1824-25, nas páginas 5 a 7) do Visconde de Pedra Branca, “o mais antigo texto conhecido que estuda a diferenciação da língua do Brasil” (p. XV), ressaltando, porém, que essa denominação “não implica compromisso ideológico ou conotação nacionalista” (p. XV).

tuguesa². Pensemos, sim, em lusofonia segundo a define Fiorin (2005, no prelo), como “espaço simbólico e político”, que se investe de valor ‘performativo’, de orientação de comportamento social³.

Trata-se, pois, do nosso espaço de pensamento, de ação e de criação, nosso espaço de identificação, para além e por cima das especificidades culturais.

1. A avaliação das identidades lingüísticas

Na avaliação de identidades lingüísticas não se pode deixar de fazer intervir categorias como dominação lingüística e dominação cultural, sempre refletidas e sempre presentes nos discursos de que se revestem as atividades culturais e políticas, de que são os melhores exemplos – acredito – a criação literária, a produção de estudos (meta)lingüísticos (gramáticas, dicionários, ensaios, tratados, etc.) e a proposição de ações escolares. Assim, como exemplo, há a observar que os movimentos e as realizações nesse campo num país como Timor Leste se regem por uma situação em que é necessária a defesa de identidade política, enquanto no Brasil de hoje se definem por uma simples sensação de que se deva defender uma identidade cultural. No primeiro caso, existe uma real situação conjuntural, ligada a uma recente situação de colonização, e, a partir daí, configurada em um movimento de resistência que mobiliza a nação; no segundo caso, há apenas uma necessidade suposta, com berço em uma histórica mas distante situação de colonização, e, a partir daí, configurada em manifestações localizadas. Acresce que, para além das motivações reais ou supostas que levam a um discurso de resistência, como as sugeridas nesses exemplos, estão sempre vivas motivações para uma ação de preservação interna da língua materna em si e por si, uma ação de defesa daquilo que se considera a unidade e o padrão da língua, a qual se configura, afinal, numa paradoxal defesa da língua contra os próprios falantes.

O campo das investigações e ações, na verificação de como se manifesta a identidade no espaço da lusofonia, extrapola, pois, qualquer espaço geográfico de fala portuguesa que se queira tomar como central, e abrange diversos continentes, em cada um com uma história, entretanto em todos eles alicerçado na ação convergente de uma mesma língua, a revestir comportamentos de atores sociais. É por isso que estas considerações que aqui se trazem partem da vivência lingüística brasileira, na sua história e na sua cultura, mas, entrando como uma espécie de dever de casa, ao lado de muitos

² Mateus (2002b) afirma que, quando não há possibilidade de demonstração lingüística para a separação em línguas distintas das variedades de uma língua que vive em diferentes culturas, a manutenção dessas variedades no enquadramento do que se denomina uma língua é, em última análise, uma opção política. E conclui: “Ou seja: o termo ‘Português’, que cobre variedades socioletais, dialetais, nacionais que convivem em Portugal e no Brasil, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e econômica num contexto envolvente transnacional.” (p. 279).

³ Fiorin (2005, no prelo) fala da lusofonia como o “espaço enunciativo” “das diferentes feições que o português foi assumindo nos diferentes países em que é falado”, o que vai na direção do que Haesbaert (2002), tratando de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de grupos étnicos, propõe: “Esse vaivém entre espaço e cultura, território e identidade, mostra, entretanto, que a identidade (no caso, étnico-territorial) não é “simples manipulação simbólica ou ideológica. A identidade étnica tem um valor ‘performativo’, no sentido que ela acaba efetivamente por orientar o comportamento dos atores sociais, e por lhes oferecer sentido e uma possibilidade de mobilização.” (Rivera, 1999, p. 53). Como os processos contemporâneos de etnicização carregam com muita frequência um discurso territorial para se legitimarem, é justo afirmarmos que o território aparece amiúde como um território etnicizado.” (p. 40).

outros que se vêm elaborando nos diversos pontos do falar português, buscam marcar um ponto no mapa das reflexões sobre o espaço (político-simbólico) lusófono.

2. A definição da língua no Brasil

Nem sempre foi o português a língua do Brasil. No Brasil colônia conviviam a língua geral, dos autóctones⁴, a língua portuguesa, dos colonizadores, e o latim, no qual se ministrava o ensino secundário e superior jesuítico.

Embora por motivação política fosse a língua portuguesa a oficial, não era ela a que se falava no intercurso comum, nem mesmo na evangelização jesuítica, que, aliás não se fez por portugueses. Até para efeito de maior penetração da doutrina, a evangelização se fazia na língua geral dos evangelizados, a mesma que seus filhos adquiriam como língua primeira, a mesma com a qual eles interagiam na sua comunidade e com a qual se relacionavam com natureza.

Os centros urbanos, em que estavam os órgãos de administração da colônia, centralizavam o domínio da cultura e da língua da metrópole, assumindo a condição de territórios de oferecimento de modelo, bem ao serviço e ao gosto do colonizador. Em natural contraposição ficavam as distantes regiões para as quais a língua portuguesa era levada, nada preservada porque na boca e na voz de colonos, e, além disso, sujeitas a aquisição por africanos e indígenas, que de modo nenhum abandonavam a sua língua materna. De há muito os estudiosos têm falado na bipolaridade lingüística que se instituiu no Brasil (Silva Neto, 1951), mas, mais que isso, têm registrado que o que seria um dos pólos – a língua do povo mestiço – constituía um conjunto fragmentado e disperso.

Se essa foi a situação da colônia, muito para além desse tempo, até o final do século XIX, persistiu tal bipolaridade⁵, o que tem sido invocado para explicar paradoxos como a “contradição entre uma literatura brasileira fundamentada no sentimento nativista e o estabelecimento de um padrão lingüístico normativo decalcado do padrão do português europeu moderno” (Lucchesi, 2002, p. 79, invocando Pagotto, 1998). Por outro lado, por várias razões históricas, especialmente as ligadas à diversificação das comunidades falantes do português, como a imigração e o deslocamento em direção às regiões urbanas, atenua-se o fosso entre uma fala lusitanizada e uma fala nativa, mas há de permanecer, e também por razões de composição da sociedade, uma barreira constantemente assumida entre fala culta e prestigiada, ou padrão, e fala popular e discriminada.

3. A constituição do padrão de linguagem

O primeiro papel a ser apontado na constituição do padrão de linguagem em uma nação é seguramente o da literatura. Se a questão da identidade perpassa qualquer produção de falantes das línguas naturais, ela com certeza há de aflorar nas peças literá-

⁴ Trata-se do que se tem considerado a língua franca da colonização. Não entra em questão aqui a constantemente referida diglossia entre uma variedade do tupi ('antiga', 'verdadeira'), usada no catecismo e na gramática, e outra ('corrupta'), usada nos demais domínios de vida das missões.

⁵ Registre-se, entretanto, o fato de, no século XX, poder-se apontar, como o fez Melo (1957), “a relativa unidade de aspecto da fala plebéia brasileira, unidade que contrasta berrantemente com a variedade das linguagens populares de Portugal, tanto mais que aqui se encontra a língua espalhada por imenso território, e lá um idioma apertado em estreita faixa de terra” (p. 174).

rias, necessariamente produzidas por indivíduos dos mais sensíveis e participantes. É por isso que, em todos os países lusófonos, a questão da literatura está fortemente ligada à questão da nacionalidade. O exemplo que se dá aqui refere-se à relação entre Brasil e Portugal, mas se aplica aos diversos espaços de lusofonia.

Lembra Bridi (2002) que as Literaturas Brasileira e Portuguesa, sobretudo no que se refere ao período colonial, são particularmente sensíveis a uma avaliação a partir do conceito de identidade, por razões que, talvez, sejam tão evidentes que dispensariam maiores explicações, podendo-se, entretanto, invocar alguns fatos significativos para tal avaliação. São exemplos a lentidão com que o Brasil colonial se foi constituindo em uma sociedade, deixando de representar um espaço de mera exploração mercantil, e a indefinição quanto à questão de a produção cultural e literária representar identidade brasileira ou identidade portuguesa, um fato de longa data estudado, e particularmente por brasileiros⁶. No período pós-colonial, mais uma vez é presente a questão da identidade, acirrada com a Independência, que legitimou para os brasileiros a necessidade de buscar afirmação como nação soberana. É assim que, respaldados na mais autêntica inspiração Romântica, eles se atiram na busca de um desligamento da referência cultural lusitana, visando à defesa da identidade brasileira, mas, sem referencial próprio, constroem sua cultura e sua literatura sobre um ideário ainda europeu, até mesmo quando se voltam para o que de mais autóctone havia, aquele legítimo filho da terra, o indígena. Já no Modernismo, no próprio culto do novo, no próprio vanguardismo, ressaltam questões de construção e legitimação de identidade, ou de identidades (Hall, 1997).

Um fato histórico peculiar é que, no Brasil, o processo de constituição de um padrão lingüístico, no século XIX, se pautou pelo padrão de escrita literária portuguesa, mais especificamente o do Romantismo, fixando-se um modelo que não buscou sua base no que se considerasse a fala culta do país – que, na verdade, inexistia – nem no que se considerasse a língua da gente que nos colonizara – que, na verdade, seria extremamente polimórfica.

Essa atitude tem sido vista, em variados estudos, como resultado do desejo da elite de definir-se no padrão de um país branco e europeu, desligando-se da condição multirracial e mestiça do país em que vivia (Faraco, 2002, p. 43). Em outras palavras, em vez de insurgir-se contra o colonizador, essa elite (que era quem tinha a força para fixar padrão) aferiu-se ao padrão lingüístico lusitano, repudiando a “língua de negros boçais e de raças inferiores” (Christino, *apud* Faraco, 2002) das senzalas⁷.

Lembrando o grande zelo da elite colonial pelos valores europeus, Lucchesi (2002, p. 77), citando Silva Neto (1951, p. 76), invoca o testemunho do cronista Pero de Magalhães Gândavo, que, já em 1618, definia o Brasil como uma “academia onde se aprendia o bom falar”, e acentua o fato de que o caráter conservador e a influência dos padrões europeus vão perdurar até depois de proclamada a Independência, em 1822.

⁶ Bridi cita: Melo e Sousa, 1975; Coutinho, s/d; Sodré, 1964; Campos, 1989.

⁷ Aparentemente, deixa de aplicar-se, então, o que preconiza Haugen (2001), para quem, por via do nacionalismo, na língua se verifica “a insistência não só em ter uma língua, mas em ter sua própria língua” (p. 106). Entretanto – observe-se – trata-se de uma definição de padrão operada em condições particulares, nas quais a população em que se manifestaria o nacionalismo não é a que tem a prerrogativa de fixar o padrão.

E, na verdade, pode-se falar dessa atitude elitista da época colonial como uma raiz e um nascedouro para a posição normativista que até hoje dirige os olhos do nosso povo no julgamento dos usos.

Se nos encaminharmos para o final do século XIX e começo do XX, no Brasil, há a examinação de uma manifestação de um ideal Romântico nacionalista⁸, com notáveis episódios de afirmação de uma identidade brasileira para a língua⁹, que se segue da reação Parnasiana preciosista e lusitanizante, a qual desemboca numa nova manifestação nacionalista, definida, agora, por uma opção de folclore (nacionalista), vanguarda (modernista) e caos (iconoclasta). Todas essas manifestações literárias vão-se vazando na linguagem que mais fielmente pudesse responder às profissões de fé e de estética, chegando, por exemplo, a ser proposta a existência de uma nova “gramática”, o caso específico de Mário de Andrade¹⁰.

Hoje parece que a literatura colocou no limbo a disputa – exceto pelas manifestações de órgãos por natureza doutrinadores, como é o caso da Academia Brasileira de Letras –, mas, no que diz respeito à linguagem em uso, o que o analista pode ver é que, apesar de todos os esforços dogmatizantes históricos de preservação de um padrão brasileiro próximo ao de Portugal, registra-se um crescente afastamento (Kato, 1993; Duarte, 1996; Mateus, 2002b) entre as manifestações lingüísticas desses dois espaços lusófonos nos quais a língua portuguesa é língua nacional e língua materna.

⁸ Melo (1957) fala no surgimento de um “estilo brasileiro, ou seja, uma expressão lingüística reflexo da sensibilidade, do modo de ser e de viver brasileiro, por um lado, e eco, espelho, ressonância da paisagem, da terra e das vicissitudes históricas, das condições sociais, dos acidentes da nossa formação religiosa, humanística, política, econômica, etc., por outro”. (p. 175).

⁹ Pinto (1978) diz que “inicia-se com Gonçalves Dias a fixação dos padrões literários brasileiros em termos de língua” (p. XX). Indica, por outro lado, que, “por sua relevância como romancista, Alencar tem sido tomado com símbolo do pensamento Romântico sobre a língua do Brasil” (p. XXII); alude às indicações de Alencar sobre a transformação operada pelo povo na língua, transformação “irreversível e fatal”, “longa e profunda, como a que ocorreu na história da formação do latim, e, a partir deste, na das línguas românicas” (p. XXIII); e conclui: “A ser verdadeiro este paralelo de inspiração evolucionista, ao cabo do processo deveria surgir a língua brasileira – a que Alencar realmente se refere no Plano da obra que pretendia elaborar.” (p. XXIII). Ressalva, porém, a autora que, ao mesmo tempo, Alencar falava em “nosso dialeto” (p. XXIII) e em “português americano” (p. XXIV).

¹⁰ Como lembra Pinto (1978), Alencar já falara em “cisma gramatical” (p. XXII). Quanto ao projeto de Mário de Andrade de elaboração de uma gramática brasileira, colho em Pinto (1990) duas indicações fundamentais: (i) A primeira é a de que, realmente, esse projeto existiu: “À vista da documentação textualmente destinada à *Gramatiquinba*, pode-se afirmar, com segurança, que, pelo menos entre 1924 e 1929, o projeto vigorou.” (p. 43). “A existência, entre os papéis de Mário de Andrade, de escritos seus, e de outros, textualmente consignados à *Gramatiquinba*, atesta que durante certo tempo ele realmente cogitou da elaboração da obra. Dessa forma, seus desmentidos, veiculados a partir de 1931, parecem corresponder antes à desistência que à inexistência do projeto (...).” (p. 23). (ii) A segunda é a de que Mário de Andrade falava de língua brasileira pensando em fala brasileira, o que tornava o seu projeto diferente de um projeto canônico de gramática: “Esse reclamo de sistematização da norma brasileira, se correspondia perfeitamente aos ideais modernistas, não correspondia aos ideais dos gramáticos – ou às suas possibilidades –, o que reforçava a motivação de Mário de Andrade: “Outros é que deviam escrever este livro e tenho consciência de que um dia a gramática da Fala Brasileira será escrito” [sic] 12-V, *Prefácio*.” (p. 44). Acresce Pinto (1978): “No entanto, de certo ângulo, sua posição era privilegiada: enquanto um gramático sentiria a responsabilidade, em todas as suas implicações, ele estava em condição de descaracterizar a obra, apresentando-a com feição própria. Não obstante, a *Gramatiquinba* seria, ainda e sempre, um estudo sobre a fala brasileira, e isso significaria incursão num terreno em que uma formação média comum, como a de Mário de Andrade, seria improdutiva.” (pp.44-45).

Outro setor da produção lingüística que pode atestar (re)constituição e definição de padrões lingüísticos, especialmente porque seus autores são os que dispõem de aparato teórico para lidar com a questão, são os estudos (meta)lingüísticos. Signorini (2002) afirma que “a contribuição dos estudos lingüísticos sempre foi e continua sendo crucial para os processos de estabilização, legitimação e controle das línguas nacionais, seja através do recorte e descrição de um *corpus* lingüístico de referência para o ‘nacional’ na língua, seja através da elaboração de metalinguagens e teorias que descrevem e explicam o lingüístico e seu funcionamento, seja através da elaboração de artefatos que dão visibilidade à língua enquanto objeto, tais como gramáticas, manuais, dicionários e atlas lingüísticos, por exemplo” (pp. 100-101). Lembra, a seguir, que essas contribuições são inevitavelmente ‘atravessadas’ por processos sociais e políticos de luta pela inclusão ou exclusão de formas e sentidos, bem como pelos confrontos ideológicos e políticos que envolvem os grupos e instituições que disputam o controle dos processos de definição – ou redefinição – da língua nacional.

Realmente, o que é a língua de um país, o que é uma língua nacional, está nos *corpora*, seja a descrição da natureza e do funcionamento da língua – que está nas gramáticas e nos dicionários¹¹ – seja a análise dessa descrição – que está nas obras metalingüísticas, metagramaticais e metalexigráficas.

Se assim é, parece evidente que os textos que fazem especializadamente descrição lingüística ou que dela falam – a metalingüística, a metagramática, a metalexigrafia –, isto é, os documentos que registram o tratamento da linguagem e da língua pelos especialistas, bem como a análise e a crítica ao tratamento efetuado, provêm elementos altamente reveladores do modo como, em cada espaço e em cada tempo, se vê a construção da identidade nacional por via da língua materna. Não é difícil entender que toda análise que, com finalidade teórica, toma como objeto o ato lingüístico não apenas passa a integrar o saber sobre uma língua, sua natureza e seu funcionamento, mas ainda passa a integrar a configuração da imagem e da face identitária de uma nação.

Quanto ao dicionário, lembre-se Alan Rey, que, no Prefácio do *Dictionnaire de la Langue Française* Le Petit Robert, de 1990, aponta esse tipo de produção como a memória lexical de uma sociedade, isto é, o acervo e registro das significações que nem a memória individual nem a coletiva são capazes de guardar. Diz Borba (2003) que “um dicionário de língua, como produto cultural e instrumento pedagógico, resulta de um olhar sobre a estrutura e o funcionamento do sistema lingüístico num determinado momento da vida de uma comunidade”, acrescentando que, “por isso é organizado a partir de uma ideologia” (pp. 308-309). Com efeito, o dicionário de uma língua contém o saber, o dizer, o pensar e o sentir da comunidade de falantes dessa língua, já que, no léxico, não apenas estão recortados os dados de uma realidade externa mas também está espelhado tudo aquilo que, pela vivência em interação, uma comunidade cria e constrói, razão pela qual, evidentemente, os dicionários se vinculam fortemente a ações de política lingüística.

Como afirma Biderman (2005), o dicionário é o produto cultural ao qual se atribui, por excelência, o papel de autoridade lingüística, já que, com o estatuto de repositório do patrimônio cultural coletivo, ele registra a linguagem corrente e aceita numa comu-

¹¹ Auroux (1992) refere-se à gramática e ao dicionário como “os pilares do nosso saber metalingüístico” (p. 65).

nidade de falantes. Numa sociedade letrada e com antiga tradição escrita, ele constitui um tesouro vocabular que registra uma norma em todos os sentidos, ou seja, quanto à forma, quanto ao significado e quanto à sintaxe, e que, afinal, oferece como um estado aquilo que é uma realidade dinâmica. Biderman (2005) ainda observa que, no caso da língua portuguesa, a variação lingüística resultante da diversificação histórico-geográfica das duas principais variedades – o português europeu e o português brasileiro – introduziu uma complexidade maior no registro escrito do léxico por meio de dicionários. Por essa e outras razões, durante séculos o português brasileiro só teve a língua falada como suporte, com todas as conseqüências lingüísticas que esse fato representa relativamente ao patrimônio lexical do português brasileiro. As grandes obras lexicográficas do século XIX abrigavam o português europeu, enquanto os dicionários produzidos no Brasil sobre o léxico do português brasileiro só se tornaram realidade no século XX¹².

Isso significa que o registro sistemático do nosso léxico só foi feito quatro séculos depois de o português ter sido trazido para o Brasil, de modo que, neste momento, ainda não se passou um século desde que nossa memória social, nossa realidade e a identidade de nosso povo tiveram a legitimação de sua expressão em um léxico ordenado. Tudo isso constitui uma singularidade a ser notada, no que significa de construção identitária em nosso espaço.

Das gramáticas diz Auroux (1998) que “tanto quanto os dicionários modernos, visam fornecer instrumentos que permitam compreender ou produzir os enunciados de uma língua natural” (p. 12). Isso significa que o saber que elas trazem revela forças que estão em jogo no modo de ver a língua, e, por aí, no modo de ver a sociedade, e que, portanto, o que nelas se enuncia é um saber revelador da identidade nacional. Isso significa, ainda, que as gramáticas, segundo sua base teórica, sua natureza prática e o discurso que as instaura, (re)constróem o percurso do imaginário social da língua com relação a aspectos de unidade e homogeneidade. Na própria historiografia gramatical ficam reveladas as diferentes perspectivas de consideração da língua, relacionadas, por exemplo, a momentos de diferente prevalência de orientação teórica e operacional – como, entre outras, a da Filologia e a da Lingüística¹³ – ou a tendências de diferente valorização de normas e padrões, entidades cujo próprio conceito é heterogêneo.

Tratando-se dessas obras – dicionários e gramáticas – que constituem o que se considera uma ‘referência’ da linguagem em uso, mas que também constituem o que se considera uma ‘referência’ para o padrão de língua, ressalta, pois, a questão da norma¹⁴, nas suas duas históricas acepções: uma que aponta para a heterogeneidade e a multiplicidade, mas, ao mesmo tempo, para a aglutinação social, e outra que aponta para a

¹² O inaugural *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* é de 1938.

¹³ Como mostra Cavaliere (2000, p. 28), que cita um texto de 1889 de João Ribeiro, já nos últimos anos do século XIX era de conhecimento dos estudiosos a diferença entre Lingüística e Filologia.

¹⁴ No tocante ao estabelecimento da norma, a referência que geralmente se faz é ao papel das gramáticas. Mas vale lembrar que Aléong (2001), após referir a publicação por Webster, em 1783, de um manual de gramática inglesa elementar, que teve mais de 150 reimpressões e que vendeu 20 milhões de exemplares, faz a seguinte afirmação: “Mas a maior contribuição de Noah Webster à criação de uma norma americana permanece decerto sua fundação da lexicografia americana” (p. 168).

homogeneidade e a unicidade, mas, ao mesmo tempo, para a discriminação social (Neves, 2004). Nada menos do que a construção da identidade lingüística da comunidade dos falantes, no espaço simbólico e político em que circulam essas ‘referências’, é o que fica imbricado na tensão¹⁵.

Resta apontar o papel determinante da ação escolar na definição do padrão lingüístico de uma comunidade. O caráter conservador e a influência dos padrões europeus sobre o antecedente histórico da variedade culta do português brasileiro, que perduraram até depois de proclamada a Independência, em 1822, têm sido relacionados com o fato de que, mesmo durante o século XIX, eram em sua maioria oriundos de Portugal os professores de língua portuguesa nos colégios brasileiros (Cunha, 1970, *apud* Lucchesi, 2002, p. 77).

Como disciplina escolar, a Língua Portuguesa só foi inserida em nossos currículos escolares no final do século XIX, mas a Reforma Pombalina de meados do século XVIII já havia tornado obrigatório o ensino da língua portuguesa e proibido o uso de qualquer outra língua no país, como “meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes” (Soares, 2002, p. 159).

Aqui se registra esse trecho do decreto do Marquês de Pombal, de 1757, como o primeiro grande exemplo brasileiro – de legítima inspiração européia – de como os documentos oficiais de ação escolar marcam posições e direções de efeitos decisivos quanto à consideração do papel da escola na sociedade, e especialmente quanto ao estatuto da ‘língua’ que se há de levar à escola, visto, no caso citado, como uma modalidade necessariamente una, como necessariamente um ‘padrão’, como outra entidade que não a norma corrente.

4. A defesa espontânea de qualidade culta e unicidade na língua

Independentemente de imposições de autoridade ou esquemas institucionais, há, ainda, uma força espontânea que dirige a padronização lingüística no sentido de uma elevação. Ainda de natureza social, a busca do acesso ao que seria a língua das classes consideradas cultas é uma constante nada estranhável nas sociedades em que se atinge uma estratificação que não é apenas baseada em relações de poder pela força.

Diz Rey (2001, p. 125; 1972, p. 12) que “para o falante-ouvinte em seu grupo social, a língua não é sequer concebida como um código de comunicação: ela é antes de tudo uma ‘norma’ imperativa, um ‘uso estabelecido’ pela sociedade e que convém seguir”. A partir daí compreende-se muito bem que faça parte do imaginário dos usuários de uma língua a posse de uma norma de intrínseco valor, que se há de entender como socialmente prestigiada.

¹⁵ Nesse sentido, pode-se invocar o que diz Faria (2000) sobre a dificuldade de caracterizar a noção de ‘prestígio’ no final do século XX, “quando as sociedades se reorganizam fora das classes ou estratos bem demarcados”, referindo-se, entre outras, à classe dos novos professores, que “com a democratização do ensino, transportaram para os lugares tradicionais de reprodução social das normas padrão as suas variantes menos prestigiadas” (p. 13), à dos jogadores de futebol, à dos cantores com sucesso, bem como “a outros líderes de opinião nos mais diversos quadrantes da vida comunitária” (p. 13). A tensão apontada pode resumir-se nestas duas perguntas da autora: “Serão todos eles simultaneamente desviantes e prestigiantes do ponto de vista da língua?” e “No limiar do século XXI, como definir ‘prestígio’ com a duração e a estabilidade necessárias a sua padronização, como definir padrão com a rigidez que qualquer normatização recruta?” (p. 13).

De um imaginário mais puro e abstrato, desvinculado de contingências, mítico mesmo – algo semelhante à analogia dos estóicos (Neves, 2005, p 103-106) –, faz parte outro ideal, o da unicidade lingüística: uma língua única e uma língua una.

Quanto ao ideal de (manutenção ou defesa de) uma língua única (Achard, 1987), o membro de uma comunidade naturalmente não se vê com muito o que fazer, a não ser nos casos de línguas não afirmadas politicamente ou nacionalmente – como o norueguês e como o francês no Quebec – ou ameaçadas – como o próprio grego, na época helenística, cuja situação moveu a ações históricas (Neves, 2005, pp. 111-123). No casos em que existe a “desejável” correspondência entre “uma nação, uma comunidade etnolingüística e um território” (Signorini, 2002, p. 99), isto é, em que existe uma língua não apenas majoritária mas reconhecidamente nacional – como é o caso do Brasil e o de grande parte das línguas dos Estados modernos ocidentais – esse ideal, subsumido como atingido, não se apresenta como motor de ações patrulhadoras, de defesa e preservação.

Por outro lado, entretanto, permanente e alerta, movendo a atitudes protecionistas, está sempre o ideal da língua una, entendida não apenas como garantia de estabilidade mas também como atestado de identidade. Esse é, porém, o real e verdadeiro ideal de mito, nunca alcançável porque contrário à própria natureza da ‘língua natural’, de intercurso e de partilhamento. De fato, é compreensível, sem que seja necessário invocar a força do nacionalismo, que assim se sintam toda e qualquer comunidade que partilhe instituída-mente uma língua, pois a regulação é atributo de qualquer sistema em funcionamento¹⁶, o qual deve manter-se em contínuo equilíbrio, mas, especialmente no caso das línguas naturais, reguladas no uso, continuamente oferece mostras de que não é estável.

5. Considerações finais

Nestas reflexões sobre o papel da língua portuguesa na construção e na consciência de uma identidade lingüística no mundo lusófono buscou-se registrar a convicção de que os discursos de um povo – especificamente aqueles pelos quais se consegue melhor recuperar a trajetória de afirmação e reafirmação da consciência lingüística – operam os processos pelos quais as línguas nacionais se estabilizam e se legitimam. Fica por eles evidente que elementos simbólicos sustentam o compartilhamento de língua nos espaços em que se vive e se fala.

No Brasil temos uma história muito recente de constituição lexical, de registro lexicográfico sistemático e de organização de gramáticas independentes dos padrões formulaicos herdados. Por isso mesmo, parece que o exame do caso brasileiro dentro do contexto da lusofonia é particularmente feliz para contemplar-se e avaliar-se o aparente paradoxo de encontrar a sustentação de uma identidade exatamente no reconhecimento e no cultivo de naturais heterogeneidades.

¹⁶ Corbeil (2001) fala de dois sentidos em que é usada a expressão “a melhor maneira de usar a língua entre todas as existentes”. No sentido mais restrito, ela remete à promoção e à prevalência de um uso em relação a todos os demais: é o fenômeno da “regulação lingüística”, que tem como resultado “a emergência de uma norma dominante”. Vinculada a um discurso ideológico, porém, essa expressão visa a legitimar ‘em si’ esse uso dominante: é o fenômeno do ‘purismo’, que transforma o uso dominante em um objeto dotado de existência própria, e que “gera seu contrário, aquele que tende a negar toda forma de controle sobre a língua e sacralizar o uso, entendido como uma espécie de espontaneísmo lingüístico”. (p. 200).

É evidente que há – oficialmente instituído e registrado, ou não – um conjunto de políticas lingüísticas estabelecidas em cada estado nacional lusófono, as quais visam a construir, reforçar ou defender identidades nacionais. Mas, por via desses movimentos aparentemente diferenciadores de espaços geográficos em que se fala a língua portuguesa, o que acaba sendo criado é um supra-espaço político simbólico de identidade lingüística, o qual nasce de um movimento que tem força especial porque vem do íntimo, qual seja a consciência da própria identidade pessoal, cultural e social de cada um dos sujeitos que compartilham esse instrumento de formação identitária que é a língua.

BIBLIOGRAFIA

- ACHARD, Pierre (1987), Un idéal monolingüe, in Vermes, Geneviève & Josiane Boutet (orgs.) France, pays multilingue 2, Paris, L'Harmattan, pp. 38-58.
- ALÉONG, Stanley (2001 [1983]), Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica, in Bagno, Marcos (org.), Norma lingüística, São Paulo, Loyola, pp. 145-174.
- AUROUX, Sylvain (1998), A filosofia da linguagem, Campinas, Ed. Unicamp.
- AUROUX, Sylvain (1992), A revolução tecnológica da gramaticalização, Campinas, Ed. Unicamp.
- BAGNO, Marcos (org.) (2001), Norma lingüística, São Paulo, Loyola.
- BAGNO, Marcos (org.) (2002), Lingüística da norma, São Paulo, Loyola.
- BASTOS, Neusa (org.) (2005), Língua portuguesa: questões lusófonas, São Paulo, PUC (no prelo).
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (2005), Notas para um Projeto em Lexicografia, São Paulo, Mimeo.
- BORBA, Francisco da Silva (2003), Organização de dicionários. Uma introdução à lexicografia, São Paulo, Ed. Unesp.
- BRIDI, Marlise Vaz (2002), "Literatura e identidade", Cadernos de Pós-Graduação em Letras UPM, vol. 2 n. 1, pp. 9-13.
- CAMPOS, Haroldo de (1989), O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos, Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado.
- CAVALIERE, Ricardo (2000), Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira, Niterói, Ed. UFF.
- CORBEIL, Jean Claude (2001 [1983]), Elementos de uma teoria da regulação lingüística, in, Bagno, Marcos (org.) Norma lingüística, São Paulo, Loyola, pp. 175-201.
- COUTINHO, Afrânio (s/d), Introdução à literatura no Brasil, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.
- CUNHA, Celso (1970), Língua portuguesa e realidade brasileira, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- DUARTE, Maria Eugênia (1996), Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil, in Roberts, Ian & Mary Kato (orgs.), Português brasileiro: uma viagem diacrônica, Campinas, Ed. Unicamp, pp. 107-128.
- FARACO, Carlos Alberto (2002), Norma-padrão brasileira. Desembarçando alguns nós, in Bagno, Marcos (org.), Lingüística da norma, São Paulo, Loyola, pp. 37-61.
- FARIA, Isabel Hub (2000), "Política lingüística da língua portuguesa: o que está a mudar e o que é preciso mudar", Veredas vol. 4, n. 1, pp. 9-19.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda (1938), Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FIORIN, José Luís (2005), A lusofonia como espaço lingüístico, in Bastos, Neusa, Língua portuguesa: questões lusófonas, São Paulo, PUC (no prelo).
- HAESBAERT, Rogério (2002), Fim dos territórios ou novas territorialidades?, in Lopes, Luiz Paulo da Moita & Liliã Cabral Bastos (orgs.), Identidades recortes multi e interdisciplinares, Campinas, Mercado de Letras, pp. 29-52.
- HALL, S. (1997 [1992]), Identidades culturais na pós-modernidade, Rio de Janeiro, DP&A.

- HAUGEN, Einar (2001), Dialeto, língua, nação, in Bagno, Marcos (org.), Norma lingüística, São Paulo, Edições Loyola, pp. 97-114.
- HENRIQUEZ, Cláudio Cezar & PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (orgs.) (2002), Língua e transdisciplinaridade. Rumos, conexões, sentidos, São Paulo, Contexto.
- KATO, Mary (1993), Como e por que escavar?, in Kato, Mary & Ian Roberts, Português brasileiro: uma viagem diacrônica, Campinas, Ed. Unicamp.
- KATO, Mary & ROBERTS, Ian (1993), Português brasileiro: uma viagem diacrônica, Campinas, Ed. Unicamp.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita & BASTOS, Liliana Cabral (orgs.) (2002), Identidades recortes multi e interdisciplinares, Campinas, Mercado de Letras, pp. 29-52.
- LUCCHESI, Dante (2002), Norma lingüística e realidade social, in Bagno, Marcos (org.), Lingüística da norma, São Paulo, Loyola, pp. 63-92.
- MATEUS, Maria Helena Mira (2002 [2002a]), A face exposta da língua portuguesa, Lisboa, Edições Colibri.
- MATEUS, Maria Helena Mira (2002 [2002b]), Se a língua é um fator de identificação cultural, como compreender que uma língua viva em diferentes culturas?, in Henriquez, Cláudio Cezar & Maria Teresa Gonçalves Pereira (orgs.), Língua e transdisciplinaridade. Rumos, conexões, sentidos, São Paulo, Contexto, pp. 263-282.
- MELO, Gladstone Chaves de C. (1957), Iniciação à filologia portuguesa, 2 ed. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- MELO E SOUSA, Antonio Cândido de (1975), Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos, 2 ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia, 2 vols.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2004), Que gramática estudar na escola?, São Paulo, Contexto.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2005), A vertente grega da gramática tradicional. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem, 2 ed. revista, São Paulo, Ed. Unesp.
- PAGOTTO, Emílio Gozze (1998), "Norma e condescendência: ciência e pureza", Línguas e instrumentos lingüísticos n. 2, pp. 49-68.
- PINTO, Edith Pimentel (1990), A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e contexto, São Paulo, Duas Cidades.
- PINTO, Edith Pimentel (1978), O português do Brasil. Textos críticos e teóricos 1-1820/1920. Fontes para a teoria e a história, São Paulo, EDUSP.
- REY, Alain (2001 [1972]), Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas, in Bagno, Marcos (org.), Norma lingüística, São Paulo, Edições Loyola, pp. 115-144.
- REY, Alain (1990), Prefácio, in Dictionnaire de la Langue Française Le Petit Robert, Paris, Le Robert.
- RIVERA, A. (1999), Qui est ethnocentrisme? Pureté et purification ethnique, in Recherches, Paris, Mauss/LanDecouverte.
- ROBERTS, Ian & KATO, Mary (orgs.) (1996), Português brasileiro: uma viagem diacrônica, Campinas, Ed. Unicamp.
- SIGNORINI, Ignez (2002), Por uma teoria da desregulamentação lingüística, in Bagno, Marcos (org.), Lingüística da norma, São Paulo, Loyola, pp. 93-125.
- SILVA NETO, Serafim da (1963 [1951]), Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil, 2 ed. Rio de Janeiro, INL.

- SOARES, Magda (2002), Português na escola: História de uma disciplina curricular, in Bagno, Marcos (org.), *Lingüística da norma*, São Paulo, Loyola, pp. 155-178.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1964), *Introdução à literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- VERMES, Geneviève & BOUTET, Josiane (orgs.) (1987), *France, pays multilingue 2*, Paris, L'Harmattan.

